

ATA NÚMERO 2.783 DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA 04 DE MAIO DE 2026.

Aos 04 (quatro) dias do mês de Maio do corrente exercício de 2.026, às 19:00 horas, na sala das Sessões da Câmara Municipal de Orlândia, Estado de São Paulo, sob a Vice -Presidência do Vereador Gilson Moreira, secretariado pelos (as) vereadores (as) Juliane Fernanda Pompilio e Luis Donizeti da Cruz, realizou-se esta **Sessão Ordinária** sob o número 2.783 - O Excelentíssimo Sr. Presidente, após invocação a Deus, convidou os nobres edis e demais presentes para de pé cantassem o Hino Nacional, seguido do Hino de Orlândia (nos termos do art. 116 do Reg. Interno), seguido de uma calorosa salva de palmas. Procedida à chamada dos Srs. Vereadores consignaram-se (11) onze comparecimentos. **PRESIDENTE:** A nível de esclarecimento, gostaria de justificar o atraso no início da sessão, pois nós tivemos aqui na Secretaria da Câmara duas reuniões para discutir assuntos pertinentes ao município e um dos, eu pedirei amanhã para a secretária estar publicando uma audiência pública para segunda-feira às seis horas, uma hora antes da sessão, para se tratar do assunto do aluguel solidário. As pessoas têm que ter entendimento, saber o que significa e não achar que é para qualquer um. Então, as pessoas que estão relacionadas a esse projeto estarão disponíveis na segunda-feira às seis horas para estar prestando esclarecimentos para que as pessoas, os vereadores, lógico, nós é que votamos, tenha noção e entendimento de o que é e para que serve. Solicito ao segundo secretário, vereador Luis Donizeti da Cruz, o Ratinho, para que proceda a chamada dos senhores vereadores. Após a chamada, o vereador **LUIS** declarou: Todos presentes. **PRESIDENTE:** Passando ao expediente, coloquem em votação a ata da sessão anterior. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem. Ata aprovada por unanimidade. Solicito a primeira secretária, vereadora doutora Juliane, para que faça a leitura das matérias constantes do expediente. **JULIANE: REQUERIMENTO N. 16/2026**, de autoria do vereador Antônio Carlos Leite, "*Requerendo ao chefe do Poder Executivo informações sobre o anteprojeto n 103/2025, que dispõe sobre autorização para o Poder Executivo Municipal criar canil, gatil e dar outras providências.*" **PRESIDENTE:** Passo a palavra para o autor do requerimento, vereador Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Boa noite, senhor Presidente, Mesa, senhores Vereadores. No ano passado, eu fiz a indicação e apresentei este anteprojeto para que o Executivo estudasse a possibilidade da criação de um canil gatil, um ambiente que sirva para abrigar esses pets, esses animais de rua. Eu entendo, eu entendo que uma cidade moderna, que uma cidade bem administrada, uma cidade que esteja em um bom caminho, ela tem que cuidar de todas as áreas, saúde, educação, infraestrutura e também do cuidado dos animais. Porque, além do cuidado com os animais, é também o cuidado com a população. Hoje, nós contamos com grupos de

voluntários que cuidam dessa área e cuidam quase que 100% com seus recursos próprios. Encaminhamos, votamos, encaminhamos ao Executivo e nunca houve qualquer manifestação do Executivo sobre isso. Eu fiz emendas no orçamento para que nós pudéssemos, daqui para frente, planejar o Executivo para colocar, dar vida a isso. Para não me estender, eu tenho consciência e tenho a sobriedade necessária para entender que a Orlândia não está passando, o Executivo, a Prefeitura, não está passando por bons momentos financeiros, econômicos. O ano passado foi déficit o ano inteiro e eu sei disso. Eu sei que estrangular as contas públicas com alguns projetos caros, como é esse, seria irresponsabilidade da minha parte. Mas, mas, o Executivo não deu resposta, não se manifestou, não deu indícios de que está, no mínimo, acolhendo a ideia. Então, esse requerimento é para lembrar o Executivo que há o anteprojeto lá e que, se hoje as condições financeiras não são adequadas, mas que em bom momento, Sr. Presidente, em algum momento, espero, Deus queira, que nós estejamos bem financeiramente para que nós possamos pensar com amor nesse projeto. Porque a lei, apesar de eu não ser da causa animal, eu entendo que uma cidade moderna tem que pensar nessa área também. Muito obrigado, Sr. Presidente. **ANTÔNIO:** Não havendo mais inscritos, coloco em votação o requerimento 16/2026, de autoria do vereador Antônio Carlos Leite. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem. **REQUERIMENTO APROVADO POR UNANIMIDADE.** **JULIANE:** Requerimento 17/2026, de autoria do vereador Antônio Carlos Leite, "*Requerendo informações sobre a indicação nº 40, barra 2025, que dispôs sobre a criação de um programa contínuo, sistemático de coleta e verificação laboratorial, para avaliação da qualidade da água dos córregos que cortam nosso município.*" **PRESIDENTE:** Requerimento 017/2026, de autoria do vereador Antônio Carlos Leite, a qual eu passo a palavra. **ANTÔNIO:** Senhor Presidente, o ano passado eu fiz uma indicação para que a Prefeitura fizesse a análise laboratorial de todo o trecho do Córrego dos Palmitos até sair da nossa cidade. E qual era a finalidade disso? Alguém tem dúvida de que estão jorrando alguma coisa no nosso Córrego? Esse final de semana, coincidentemente, aliás, nem vou dizer coincidência, porque sempre tem acontecido, foi uma baita reclamação aqui na Baixada de um odor terrível. Alguém está jogando alguma coisa dentro do Córrego. Agora, eu fiz a indicação o ano passado para que a Prefeitura disponibilizasse meios para fazer exames, fazer coletas em todo o trecho do Córrego dos Palmitos até o final lá do tratamento, porque fazendo a coleta nos locais, nós vamos saber em quais locais a água está contaminada, porque se nós soubermos em quais locais a água está contaminada, nós podemos fazer um mapeamento de possíveis lugares onde está havendo falha, tanto falha de esgoto quanto de produto químico liberado por alguma empresa. Claro que isso é serviço hoje, trabalho da Sanor, em fazer esse trabalho, só que a Prefeitura é fiscal. Como que nós vamos cobrar à Sanor se nós não temos à Prefeitura números e dados para isso? Fiz esse requerimento, essa indicação o ano passado. Não recebi um soluço de resposta. Como

não recebi resposta? E diante da reiterada situação e condição do Córrego dos Palmitos, eu reitero agora na forma de requerimento, porque eu indiquei, não respondeu, agora eu vou requerer. Se a Prefeitura não tomar medidas, porque nós estamos falando da saúde pública, do cuidado, uma cidade moderna não pode conviver com esse córrego sendo sujo, sendo contaminado todos os dias. Não podemos permitir isso. Não podemos. Fiz a indicação, fiz o requerimento. Se a Prefeitura não tomar nenhuma atitude, e se não se manifestar, aí eu vou tomar um outro passo. Mas aí vou esperar o bom senso da Prefeitura, porque uma cidade moderna precisa cuidar da saúde do seu povo. Muito obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para o Paulo Rodrigues Alves Pereira – Porkim. **PAULO:** Boa noite a todos. Doutor, parabéns pelo requerimento. Uns dias atrás eu estive ali na ponte, na baixada da Rua 4, olhando o córrego. A água estava descendo limpa. Do nada ela já escureceu. Você vê que alguma coisa aí de cima parece que descarrega e que escurece a cor da água. É onde que alguma coisa tem que ser feita. Parabéns. Obrigado. **PRESIDENTE:** Não havendo mais inscritos, coloco em votação. Quem for favorável ao requerimento, permaneça sentado. E os contrários que se levantem. **REQUERIMENTO 017/2026, APROVADO POR UNANIMIDADE.** **JULIANE:** **REQUERIMENTO N. 18/2026**, de autoria do vereador Antônio Carlos Leite, “*Requerendo informações sobre a indicação n 15/2025, que solicitou a readequação do cronograma da Prefeitura para a realização dos serviços de roçada e limpeza da calha do Córrego dos Palmitos no trecho compreendido entre 100 metros, antes de chegar na ponte da Rua 14, até a ponte da Rua 1 e reiterar o pedido de providências.*” **PRESIDENTE:** Passo a palavra para o autor do requerimento, vereador Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Senhor Presidente, é mais um requerimento realizado diante da omissão do Poder Executivo. Eu uso as minhas redes sociais para apontar questões do nosso cotidiano. Porque eu moro em Orlândia, eu ando por Orlândia e eu não consigo passar pelas ruas de Orlândia, ver alguma coisa e fechar os olhos. Então eu uso a minha rede social. E muitas vezes as pessoas dizem, mas você só filma, você não faz nada. E a rede social é um ambiente em que eu respeito a opinião do outro, não fico lá discutindo, porque todos têm direito a dar as suas opiniões. Só que eu não só filmo, mas requeiro, peço, só que não dá para ficar filmando e falando isso ao mesmo tempo. Há 200 metros daqui, daqui, talvez menos, esse córrego dos palmitos é uma sujeira, é um mato que não tem tamanho e pessoas morando dentro do mato. Quando eu fui visitar uma senhora lá, ela disse que os ratos ficam andando em cima do telhado. E quando eu publico na minha rede social, alguém diz ah, mas ele só filma. Não. O ano passado eu requeri aqui na Câmara e eles disseram lá no Executivo que tem um cronograma e, por incrível que pareça, foram lá uma vez só no ano passado e fizeram a limpeza da calha do córrego dos palmitos. Esses moradores de Orlândia, apesar de estarem no centro, hoje moram dentro do mato. Pagam IPTU, pagam taxas, tarifas, trabalham, vivem, boa parte deles são moradores antiquíssimos aqui da cidade, mas não têm a dignidade de outros bairros, de outros

lugares da cidade. Sabe por quê? Porque dentro do quintal, o mato está cobrindo, porque o córrego, cresce o mato, não poda. Então fiz o requerimento do ano passado. Limparam uma vez só. E eu estou filmando. Olha a calha do córrego do palmito. Precisa limpar. Olha a calha do córrego do palmito. Precisa limpar. Precisa limpar. Nada do Poder Executivo. Então, quando o Poder Executivo não faz aquilo que tem que fazer, eu tenho que vir aqui à sessão da Câmara e fazer esse requerimento. Estou fazendo, fiz a indicação, não resolveu. Estou fazendo o requerimento, não resolveu. Se o requerimento não resolver, aí eu vou dar outro passo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE: Até para esclarecimento das pessoas que estão nos assistindo e acompanhando, a indicação, o Executivo, ele não tem por obrigação em responder. Sim, cabe, sim, a boa vontade de cada secretário se achar pertinente estar respondendo ao vereador que fizer essa indicação. Então, mesmo que seja uma indicação de anteprojeto, nós sabemos as nossas limitações, sabemos o que podemos e não, então nós temos que respeitar isso, regimentalmente falando. Agora, requerimento, nós temos um prazo regimental. Então, como foi feito a indicação e como o próprio vereador disse que não obteve nenhuma resposta, o requerimento tem essa obrigatoriedade, tem o prazo regimental de estar respondendo. Então, não havendo mais inscritos, eu coloco em votação. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem.

REQUERIMENTO APROVADO POR UNANIMIDADE. JULIANE: INDICAÇÃO 17/2026, de autoria do vereador Sebastião Atilio da Silva, "Indicando ao chefe do Poder Executivo, que, através do setor competente, proceda o calçamento do entorno do centro de lazer do bairro Jardim Cidade Alta Vilinha, ou seja, nas ruas 24, 26 e avenida 21." **INDICAÇÃO 18/2026,** de autoria do vereador João Vitor Alves, João Pardal, "*Indicando ao Poder Executivo Municipal, por meio das secretarias competentes, que sejam realizadas providências urgentes em relação às demandas levantadas pela população durante o Projeto Pardal nos Barros, realizado na Vila Bucci, no dia 23 de abril. As solicitações apresentadas envolvem cuidados com espaços públicos, limpeza urbana, iluminação, saúde, educação, segurança viária e manutenção dos prédios públicos, conforme segue. Manutenção do centro de lazer, indica-se a realização de vistoria e melhorias no centro de lazer, especialmente em relação à piscina, pisos quebrados, banheiros, estrutura geral e demais áreas que necessitam de manutenção. O local é utilizado pela população e precisa oferecer segurança, higiene e condições adequadas de uso. Cuidados com a Praça do Goiaba, indica-se a realização de roçada, limpeza, retirada de entulhos, manutenção geral da Praça do Goiaba. A praça é bastante frequentada por crianças e famílias, sendo necessário o cuidado maior para garantir segurança, lazer e bem-estar dos moradores. Limpeza, iluminação e fiscalização em terreno da Avenida 17, indica-se que o Executivo realize vistoria em terreno localizado na Avenida 17, nas proximidades do número 1604, onde há reclamações sobre grande quantidade de lixo, mato alto e falta de iluminação. A situação pode favorecer o aparecimento de animais peçonhentos,*

trazer insegurança aos moradores e prejudicar a saúde pública. Providência sobre mau cheiro, entulho e situação da lagoa, indica-se a vistoria técnica na região da lagoa, onde moradores relatam mau cheiro, presença de entulho e necessidade de providências ambientais sanitárias. É importante identificar a origem do problema e tomar as medidas cabíveis para evitar prejuízos à população e ao meio ambiente. Melhorias no espaço utilizado pelo Grupo da Terceira Idade, indica-se vistoria e manutenção no espaço utilizado pelo Grupo da Terceira Idade, especialmente quanto a liberação e condições de uso dos banheiros, presença de roedores no forro e mau cheiro no local onde são realizadas atividades como crochê e convivência. Os idosos precisam de um espaço limpo, seguro, acessível e digno para suas atividades. Verificação na Escola Maurício, indica-se que a Secretaria da Educação realize vistoria na Escola Maurício diante de relatos de pouca qualidade de alimento distribuído, falta de água nos bebedouros e aparelhos de ar condicionado quebrados. Alimentação, hidratação, conforto térmico dos alunos são questões essenciais para o bom funcionamento do ambiente escolar. Instalação de redutor de velocidade no cruzamento da Rua 28 com a Rua 19, indica-se estudo técnico para a instalação de quebra-molas ou outros dispositivos de redução de velocidade no cruzamento da Rua 28 com a Rua 19, local onde moradores relatam a ocorrência frequente de acidentes. A medida busca aumentar a segurança de pedestres, motoristas e moradores da região. Roçada de canteiros e retirada de entulhos, indica-se a realização de roçada dos canteiros e retirada dos entulhos em pontos indicados pelos moradores, especialmente em áreas públicas onde há risco de proliferação de escorpiões, insetos e outros animais. Limpeza de canteiros na Travessa 17, indica-se a realização de roçada e retirada de entulhos em canteiros localizados na Travessa 17, nas proximidades do número 1967, por se tratar de área pública e haver relatos de aparecimento de escorpiões. Revisão da qualidade dos uniformes escolares fornecidos pelo município, indica-se que a Secretaria da Saúde, perdão, a Secretaria da Educação avalie a qualidade dos uniformes escolares fornecidos aos alunos da rede municipal, diante das reclamações sobre a transparência do tecido. É importante que os uniformes garantam conforto, durabilidade, segurança e preservem a dignidade das crianças. Ampliação do atendimento pediátrico da UBS, indica-se que o Executivo avalie a possibilidade de ampliar ou reorganizar o atendimento médico nas Unidades Básicas de Saúde, especialmente com a presença de pediatra. A demanda por atendimento infantil precisa ser observada com prioridade. Fila de espera para dermatologista, indica-se que a Secretaria Municipal da Saúde informe e avalie providências para reduzir a fila de espera por consultas com dermatologista, diante de relatos de munícipes, aguardando atendimento por longo período.” **PRESIDENTE:** Terminado o expediente. Só, perdão, temos mais uma indicação, por favor, doutora Juliane. **JULIANE:** INDICAÇÃO 20/2026, de autoria do vereador Antônio Carlos Leite, “Indicando a realização de exame laboratorial mensal de amostras de água obtidas de

pontos aleatórios em todos os bairros, fornecidas aos consumidores pela Comissão dos Serviços de Água e Esgoto do Município, disponibilizando os resultados no Portal de Transparência da Prefeitura". **PRESIDENTE:** Agora sim, terminado o expediente, passaremos a ordem do dia. Solicito a primeira secretária, vereadora doutora Juliane, para que faça a leitura do projeto que se encontra na pauta da sessão para discussão e posterior votação. **JULIANE: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1/2026**, de autoria do Poder Executivo que "Acrescenta o parágrafo 4º ao artigo 117 da Lei Complementar nº 3.544, de 28 de junho de 2007 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Orlândia para dispor sobre exercício do teletrabalho em caso de necessidade de assistência familiar por motivo de doença". Parecer jurídico: Após a audiência pública, ele se torna constitucional pela legalidade do projeto. Parecer da Comissão Justiça e Redação: pela apreciação em plenário. Parecer da Comissão Orçamento, Finanças e Contabilidade: pela aprovação. **PRESIDENTE:** Coloco em primeira discussão o projeto de lei complementar 001/2026 de autoria do Poder Executivo. **LUIS:** Sr. Presidente, boa noite, Sr. Presidente, novos colegas. Esse projeto, ele já vem se arrastando há alguns dias e devido a pedido de vários colegas, eu também como sou funcionário, gostaria que o senhor pedisse vistas. Então, eu peço aos meus colegas, vereadores, que possam estar votando para a gente ter prazo para a gente debater um pouco mais esse projeto. Então, gostaria de deixar aqui o meu pedido de vistas. Como é sempre feito aqui nessa casa, qualquer dos colegas que pedem vistas, o pedido é atendido e colocado em votação. Então, coloco em votação o PEDIDO DE VISTAS do vereador Ratinho. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem. **PEDIDO DE VISTAS APROVADO POR UNANIMIDADE.** **JULIANE: Projeto de Lei Complementar nº 3/2026**, de autoria do Poder Executivo que "Altera a Lei Complementar nº 3.333, de 12 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Código Tributário do município de Orlândia para instituir a taxa de inspeção sanitária do Serviço de Inspeção Municipal, altera a Lei Complementar nº 84, de 13 de junho de 2024, e dá outras providências". **VITOR:** Senhor Presidente, peço dispensa da leitura. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida já que a matéria é de conhecimento de todos. Peço somente a leitura do parecer jurídico e das comissões. **JULIANE: Parecer jurídico:** pela legalidade do projeto. Parecer da Comissão Justiça e Redação: pela apreciação em plenário. Parecer da Comissão Orçamento, Finanças e Contabilidade: pela aprovação. **PRESIDENTE: PRESIDENTE:** Coloco em discussão o projeto de lei complementar 003, barra 26, de autoria do Poder Executivo. **JULIANE:** Passo a palavra para o Vítor Favaro Tonetto. **VITOR:** Boa noite, Sr. Presidente, vereadora, população que nos acompanha. Eu começo aqui dizendo com muita clareza que eu não estou aqui para defender taxa. Até porque eu sou totalmente contra a criação ou aumento de qualquer tipo de taxa que nós temos dentro do nosso município. Mas, de uma certa forma, nós temos a obrigação também de passar para a população que nos acompanha a realidade desse projeto que está sendo votado aqui nesse

momento. No ano de 2010, foi colocado esse projeto e feito a criação dessa taxa pelo atual prefeito, onde instituía as taxas através do UFESP, que é uma unidade de medida colocada pelo Estado, que hoje tem um custo de mais ou menos R\$35,00 por UFESP. Hoje, esse projeto que está vindo aqui troca o UFESP pela unidade de medida de UFMO, que sai de R\$35,00 para R\$1,77. Ou seja, antigamente, essa taxa que era cobrada e foi criada no ano de 2010, era num total de R\$400,00 e poucos por ano. Se essa lei for aprovada hoje, passa a vigorar essa taxa no valor de R\$107,00 mais ou menos por ano. Então, nós estamos falando aqui de um valor de R\$9,00 em média por mês para esses produtores. E aqui, eu quero deixar algo claro do motivo até do meu voto, porque eu acredito, e já deixo aqui como compromisso, que esse projeto precisa, sim, de algumas mudanças para que ele fique ainda melhor. Por conta de um regimento interno da nossa casa, nesse momento nós não podemos pôr uma emenda para que isso seja feito hoje e agora nesse momento. Mas eu, e acredito que alguns outros vereadores, também se propõem a estudar para que a gente possa fazer esse projeto para melhorar ainda mais o que a gente está votando hoje aqui. E por que eu falo isso? Quando essa lei foi criada, dentro da lei de responsabilidade fiscal, a gente entra num lugar perigoso, para se dizer. Porque desde então, essa taxa foi criada, e se a gente for seguir primeiramente a Constituição, ela entende que uma lei criada, automaticamente, tem que ser cumprida. E eu vejo dessa forma também. E ela não vem sendo cumprida desde 2010. Essa taxa não é cumprida, e isso pode ter grandes problemas, não só para os prefeitos que passou durante todo esse tempo, como às vezes até para os próprios produtores. Porque se isso chega num patamar onde a gente possa revogar essa lei e continue da forma que está, às vezes o produtor vai ter que pagar os últimos cinco anos no valor de UFESP, que era o que era cobrado antigamente. Então, eu acredito que nós podemos votar a favor desse projeto nesse momento, e já me comprometo, juntamente com o Rafael também, que tem o pedido de algumas mudanças desse projeto, outros vereadores aqui, em fazer um projeto para melhorar essa lei que nós estamos votando aqui nesse momento. Então, mais uma vez, eu falo que o meu voto é favorável, e que, se fosse um aumento de taxa, eu não estaria aqui votando a favor. A gente vê que, pelo contrário, em vez do poder público estar aumentando a taxa, ele está diminuindo um valor que era de R\$ 400 para R\$ 100 por ano para esse produtor. E o que a gente tem que deixar aqui também explicado para a população é que o sim não é obrigatório. Se o produtor não quiser vender para os mercados, às vezes até para a própria cozinha piloto, que vai ter essa situação que vai abrir, onde o produtor vai poder vender para o próprio poder público, e a gente poder comprar do produtor que é aqui do nosso município, ou aqui da nossa região, ele não é obrigado a aderir a esse sim. Ele simplesmente fica, claro, de uma forma irregular, mas é uma oportunidade que a gente tem aqui de fiscalização e para que tudo que vem de origem animal chegue com qualidade na mesa de quem está comprando. Então, mais uma vez, eu deixo explicado e o meu voto é favorável a esse projeto.

Obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Boa noite, Sr. Presidente, nobres amigos vereadores, imprensa escrita e falada, todos os munícipes aqui presentes. Eu concordo com o pensamento do Victor e já começo dizendo que a gente aprovando ou não, se tiver algo para ser cobrado cinco anos atrás, vai ser cobrado aprovando esse projeto ou não. Então, os últimos cinco anos pode ser aprovado com isso, ou se a gente não aprovar, pode ser cobrado também se houver alguma denúncia. E quando isso trouxe à tona para a gente, até então o Neto estava à frente da Secretaria de Desenvolvimento, isso já faz mais de um ano que esse projeto está para entrar na pauta, e a gente vinha falando, eu sentei na nossa sala junto com, se não me engano era o Gilsão que estava, o Dr. Leite estava, e eu mostrei que o que eles queriam colocar já existia, o que era o artigo 68, onde ele foi mantido nesse projeto. E aí, teve justamente um documento que chegou até nós, que o Ministério Público, e está aqui o que ele solicitava, para a criação da equipe da vigilância sanitária e para a contratação de um veterinário, isso chegou em 2024. Em nenhum momento falava-se sobre taxas, o Ministério Público não exigiu que cobrasse taxas. As taxas dentro do projeto do SIM, ela pode ser cobrada, mas ela não é obrigatória para que o SIM funcione. Por quê? A inspeção deve existir, e eu sou favorável que exista a inspeção no município, para que chegue também um produto de qualidade para o consumidor final. Porém, muitos desses consumidores, aí eu vou além, hoje eu liguei em uma câmara que se chama Novo Horizonte, onde eu falei com o pessoal responsável por toda essa cobrança, tributação, e lá, por exemplo, eles não cobram taxa, e quem é MEI, microempreendedor individual, já paga o imposto no município, ele já tem uma loja física, ele já está contribuindo para o município, ele já está gerando emprego para o município, ele não paga taxa nenhuma de inspeção. Eles vão, fazem a inspeção, e como ele é um MEI, microempreendedor individual, ele não há necessidade de pagar uma taxa. Ou seja, não é vinculativo, ela pode existir, mas não é vinculativo que a taxa exista para que o SIM funcione. Essa taxa já existia no artigo 68, e é correto, sim, que está reduzindo, mas eu ainda sou favorável que não tenha taxa, ou que simplesmente, e eu falei com o pessoal da Vigilância Sanitária aqui de Orlandia, que é quem vai assumir essa responsabilidade de fazer a fiscalização, a inspeção, sobre a minha ideia de que, aí eu vou contar aqui para vocês, nós temos, pelo registro de estabelecimento, uma taxa. E aí o pessoal que vende um ovo tem outra taxa, o pessoal que vende o leite tem uma taxa, o pessoal que vende o queijo é outra taxa. Então, se a pessoa vende cinco, seis produtos, ela vai ter que pagar uma taxa de inspeção para cada produto que ela vende. Então esses nove reais podem ser maior, e quem vai pagar esse preço é o consumidor final. Por quê? Porque o produtor, ele precisa da inspeção, só que ele já gasta com combustível, que ele sai do lugar dele e leva nos estabelecimentos. Ele paga, por exemplo, quem é um MEI, um imposto sobre várias outras coisas para o município. Então eu sou mais favorável em dar a liberdade, se a taxa não é vinculativa ao SIM, de dar gargalo para o

comerciante. E aqui eu coloco uma justificativa também, que essa taxa não é para comerciante que vende a mandioca, que vende alface, é de origem animal. É uma carne, é um ovo, é um leite. Então que a gente dê gargalo para que ele não pague essas várias taxas, mas que ele venha e seja um MEI, por exemplo, que ele gere um ou dois empregos no município, que ele contribua com outro tipo de imposto no município, e que dê liberdade para ele escolher como ele quer trabalhar. E aí eu entendo todo o posicionamento e concordo que se tivesse, eu acho que a gente poderia somente ter uma taxa, que é a taxa de registro. Baixa para quê? Para que a vigilância sanitária compreenda qual é o estabelecimento que está interessado em ter o SIM. Então a pessoa não precisa pagar de um leite, de um queijo, enfim. O município consegue fazer com que essa taxa, com que o pagamento, funcione através de outro tipo de imposto não proveniente da taxa. Então não precisa necessariamente ter uma taxa para criar o SIM. Porém, entendo que se o projeto não passar, existe a possibilidade de fazer a cobrança do SIM que está hoje em vigor, que é o artigo 68, porque se entra esse com o custo reduzido das taxas, ele vai sobrepor aquele artigo 68 que tem a UFESP, que é um valor mais alto. Então que sim, o SIM pode ser cobrado através daquela lei que está em vigor hoje e que nunca foi cobrado. Por que motivo nós precisamos entender? Porque o que o Victor falou é totalmente verdade. Enquanto coloque uma lei que coloque o SIM e não se cobra a taxa porque lá estava estipulada a taxa, isso é um risco. Porque instituir uma lei com uma taxa Então eu entendo que se o projeto não passar, eles podem cobrar aquilo que está em vigor, porém eu como vereador e assim como vocês, nós podemos propor que possa revogar o artigo 68, que é o que está em vigor, ou também abaixar esse artigo 68 colocando somente uma taxa única. Então acredito nisso. E nós podemos fazer isso. Por que? Ah, se o medo é que cobre cinco anos atrás, aprovando ou não, pode existir a denúncia e falar Uai, por que vocês não estão cobrando de lá para cá? Então esse projeto sendo aprovado ou não, existe o risco normal de ser cobrado cinco anos para trás. Isso é culpa do Thor? Não. O Thor está aqui querendo ajustar e eu também quero ajustar porque eu acredito no SIM, eu confio no SIM e eu quero que o SIM funcione no município. Que a inspeção tenha, que possa ter somente uma taxa única por ano, de repente até anual, não ter essas várias taxas que existem. Falei com o Chicão Guerra, Sr. Presidente, e ele disse, realmente, ele mostrou em um produto, tem de repente o SIM lá, mas isso não tem validade no produto dele, praticamente. Então, ele disse, Rafael, se tiver uma taxa, eu concordo em pagar, sim, para a gente estar tranquilo. Mas em outras cidades, um MEI, não precisa de taxa de inspeção. Então é mais fácil que uma empresa abra um MEI para gerar um emprego do município do que a gente ficar jogando taxa em um produtor que de repente não vai querer abrir um comércio aqui. Então é isso que eu acredito, eu vou ser contrário nesse momento, mas se ele passar, o Vitor e nós vamos assumir aqui, para que a gente possa melhorar, e se ele for barrado, ou seja, se esse projeto não passar, mesmo assim nós vamos conversar com o pessoal

da Secretaria de Desenvolvimento para que a gente possa melhorar essas taxas. Obrigado, Sr. Presidente. **VITOR:** Sr. Presidente, eu sei que eu não posso falar mais de uma vez, é só para complementar o negócio do Rafael. É exatamente isso, eu concordo plenamente que a gente tem que cobrar realmente uma taxa para que seja paga uma vez na hora da inscrição, e que isso não seja cobrado anualmente, que é justamente foi onde eu disse para a gente propor para fazer a mudança para que isso aconteça. É igual eu falei, eu na questão do artigo 68 eu concordo que a gente pode fazer, só que é o que eu falei para vocês, vou dar um exemplo claro aqui, a gente sabe que existe a lei do bafômetro, por exemplo, só que a hora que a gente vai lá e bebe e dirige o carro bêbado, a gente sabe que a gente está correndo risco. Então, a partir do momento que a gente aprova essa lei, dentro da gestão pública, a gente vê a boa vontade de estar se aprovando isso, e isso não vai acabar penalizando na hora de defesa para os produtores. Se for penalizado, que seja os gestores públicos que deixaram de cobrar a lei existindo, e não os produtores. Então, quando a gente mostra a boa vontade de estar fazendo o que é certo, a gente pode tentar melhorar essa situação. Obrigado, Sr. Presidente.

RAFAEL: Sr. Presidente, já que ele entrou aqui na conversa, que não poderia, só para complementar também, eu concordo com o Vitor, e quem está assistindo ou quem está aqui, entendam que são dois lados que eles podem ser feitos a melhoria. Então, não é um lado A ou um lado B completamente distorcido, não. Isso aqui pode ser feito das duas formas, e eu acredito que não precisa aprovar, e a gente faz uma melhoria no artigo 68. Quero deixar claro também que eu conversei e fui atendido com o Neto, conversei e fui atendido pelo Álvaro, e conversei e fui atendido pelo Gabriel Thor, prefeito. Em todas essas conversas, eu solicitei para que retirasse esse projeto, para que a gente pudesse adequar e não ter esse desgaste aqui. Porque se é a nossa ideia que revogue as taxas ou que a gente diminua ainda mais e crie uma só, por que não foi retirado? Então, eu deixei isso falado na terça-feira para ser retirado, para a gente ter um diálogo melhor. Por quê? Assim, desde o ano passado, que esse projeto a gente vinha conversando, e de repente, numa semana, que sexta-feira era feriado, esse projeto chegou na quinta-feira para a gente, na segunda-feira a gente não consegue propor emenda aqui. Então, foi muito rápido, foi muito no susto. Não teve um segundo diálogo após a segunda da primeira conversa. E aqui eu não estou colocando culpa em A, B ou C. Eu só acho que o caminho é esse, eu vou ser contrário, eu defendo o meu voto contrário, para que a gente possa estudar novamente uma nova opção aí e que dá certo revogando ou melhorando o artigo 68. **JULIANE:** Passo a palavra para Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. **LUIS:** Boa noite, senhor Presidente. Boa noite, novos colegas. Nós estamos diante de uma oportunidade de legalizar. Foi ventilado aí que estaria criando um novo imposto. O SIM é um selo. E ele vem com taxas que já existiam e, devido à falta de profissional capacitado, não vinha sendo realizado. Hoje a prefeitura dispõe de um veterinário concursado, e nós estamos aqui diante de uma oportunidade. Agora, se eu falar que sou

a favor do SIM e votar contra, eu acredito que a maioria dos produtores, quem que não quer ter a intenção de legalizar o seu produto? Até as pessoas com artesanato hoje, têm o seu selo, que ele é isento. Agora nós estamos aqui diante de uma oportunidade de legalizar. O SIM não é imposto, o SIM é um selo. Nós precisamos também, para aproveitar aqui, esse assunto do SIM, ele foi tratado com o Neto, que esteve aqui hoje. Foi tratado que hoje ele não é mais secretário de desenvolvimento, ele foi para a Secretaria da Fazenda. O senhor Henrique Trevisani, que hoje representa a Secretaria do Desenvolvimento. E também o doutor José, que é Secretário Adjunto da pasta. Agradeço vocês por terem vindo aqui. Só acredito que nós precisamos melhorar a nossa comunicação. Aproveitar aqui a doutora Papola, que está aqui, que nós possamos melhorar a comunicação entre a Câmara e o gabinete. Ficou confuso. Hoje o do aluguel não se chegou a nenhum lugar, o tempo foi corrido, misturou os dois assuntos, tanto é que o Presidente já sugeriu aqui que o do aluguel vai ser feito em uma audiência pública. Então, eu, diante disso, senhor Presidente, gostaria, hoje é meu dia hein? Gostaria de pedir ao senhor, senhor Presidente, que colocasse em votação, peço aqui aos nobres colegas, que, mais uma vez, a gente peça à vista, para a gente não, aqui, tirar o direito desses produtores de estar legalizando o SIM. Nós estamos diante de uma oportunidade. Se a gente, eu sou favorável, vou deixar claro aqui meu voto favorável, mas peço ao senhor que coloque um pedido de vista e peço a vocês, nobres colegas, que possam estar votando esse prazo novamente. Muito obrigado senhor Presidente.

ANTÔNIO: É um pedido... pela ordem? Eu vou me manifestar em relação ao pedido de vista. Eu sei que há um acordo de cavalheiros em relação ao pedido de vistas dos projetos, mas nós precisamos dar uma satisfação para o povo. Eu sei que cada um aqui tem uma posição, mas o projeto chegou, houve tempo para avaliar, para discutir, o vereador Rafael pediu vista desse projeto. E, agora, pedir novamente vista, ainda que haja esse acordo de cavalheiros, eu entendo, eu entendo, é um desrespeito com a população, é um desrespeito com o eleitor. Não é desrespeito do vereador Ratinho, não se trata disso, eu estou tratando do conceito. Se houvesse, e aí cada vereador pode se manifestar, se houver dúvida a respeito do projeto, tudo bem, cada um manifesta a sua posição. Mas eu acho que foram duas semanas que deu para que todos nós tomássemos entendimento, o Rafael foi atrás de produtor, então essa é a minha posição. Não estou querendo rebatê-lo, colega Ratinho, é só um conceito. Esse acordo de cavalheiros, de repente, tem um limite, eu acho que poderíamos votar e ver isso, eu, por exemplo, sou contra o pedido de vista desse projeto. **SEBASTIÃO:** O senhor me dá licença, Sr. Presidente? **PRESIDENTE:** Por favor. **SEBASTIÃO:** Eu também sou contra, porque também sinto mesmo o que o leite está dizendo, eu também respeito muito o meu amigo, o Ratinho, mas eu acho que isso aí acaba virando brincadeira, eu acho que nós deveríamos, o senhor tem o direito de pedir o prazo conforme ele está pedindo, só que nós também, Sr. Leite, temos o direito de votar contra, eu sou contra, eu vou votar

contra, então o pedido pode vir, mas obrigado. **JULIANE:** Passo a palavra para o Max. **MAX:** Boa noite, nobres Pares, população. O que eu vejo, sinceramente, é um executivo surdo, falta de diálogo, pode reparar, o que é isso, o que são esses pedidos de vista? Falta de diálogo, falta de entendimento, enfim, é uma constatação, entendeu? É a mesma coisa, por exemplo, Sr. Presidente, me perdoa aqui, vem projeto de executivo e que tem que ter audiência pública, arremeta esse projeto direto para o executivo de novo, não deixa tramitar aqui dentro. Vocês gostam de desperdiçar o tempo deles lá? Que assim eles o façam e assumam a responsabilidade, mas que não façam nós perder o nosso tempo sagrado, entende? E é isso mesmo, infelizmente, está faltando ouvir, Deus, com a sua sabedoria, deu duas orelhas para nós, que é para escutar mais e uma boca para falar menos. Nós, aqui do Legislativo, somos quem escutamos a população. Vocês não estão entendendo, galera? Pelo amor de Deus, não é vocês, vocês ficam blindando o prefeito, isso aí é fazer uma jogada de... uma topeira isso, gente. Entendeu? Aqui é a casa do povo, somos nós que andamos na rua, que vemos as problemáticas e que tentamos, no nosso melhor, Presidente, trazer isso para o executivo. Infelizmente, nós não temos a prerrogativa da execução, como o Leite bem disse. Fica batendo foto, fica fazendo vídeo, é o que nós podemos fazer dentro das nossas atribuições. Quem pode executar é o executivo, já está aí no verbo, entendeu? Agora, tem que ter a humildade de escutar, porque penso eu que governar não é governar para a base, é governar para a sociedade, e a sociedade compõe o lado oposto também do rolê. A divergência, e é através do diálogo que você pode incluir a divergência, tão necessária, e é isso que está faltando. Sem mais, Presidente. **PRESIDENTE:** Bom, eu não posso ser incoerente, porque em duas sessões atrás, nós pedimos vistas duas vezes para um mesmo projeto. Então, eu não posso também tirar aqui o direito do vereador Ratinho, já que ele pediu, é de colocar em votação. E cada um vota da forma que achar que deve. Eu não estou aqui para julgar atos do executivo, e sim para fiscalizar, assim como todos. Então, cabe a ele. Agora, a votação aqui, agora cabe a nós. Quem for favorável, manifeste. Quem for contrário, manifeste. Então, acho que temos que impor aqui a nossa vontade, e que a maioria decida, democraticamente. Então, eu peço para o... Até vou fazer diferente. Esse **PEDIDO DE VISTAS**, eu peço para o Ratinho fazer a chamada, e que seja nominal. Quem for favorável e quem for contrário. Ratinho, por favor. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Contra. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Favorável. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável a pedido de vistas. **LUIS:** João Vítor Alves Pardal. **JOÃO:** Contra. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Contrário. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Favorável. Max. **MAX:** Favorável o projeto de vistas. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Contrário. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Contrário. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Contrário, senhor. **LUIS:** Vitor Fávoro Tonetto. **VITOR:** Contrário. **PRESIDENTE:** Então, contrário ao pedido de vistas, nós tivemos sete votos e favorável ao pedido de vistas,

quatro votos. Sendo assim, cabe a nós a votação. A discussão foi feita, mas a discussão é do pedido de vistas. Agora volta para o projeto. Agora discussão ao projeto. **JULIANE:** Passo a palavra ao vereador Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Senhor Presidente, Mesa. Está aqui, nas nossas mãos, o Projeto de Lei Complementar n. 3, que institui taxa de inspeção sanitária. Esse é o projeto. Existem duas questões aqui, senhor Presidente, e nobres vereadores, e população que nos acompanha aqui presencialmente. Eu não saudei a população que está aqui, porque eram vários requerimentos e eu esperaria a minha última manifestação para saudá-los. Muito bom tê-los. A população é importante nesse processo democrático, político. Aqui é a casa de vocês, aqui é a casa do povo. Um executivo, uma prefeitura moderna, é aquela que diminui gastos, que gerencia, que administra para ser eficiente e ter resultado. Ainda que não seja uma empresa que tenha lucro, mas nós temos que primar, trabalhar, para que gastemos menos, que tenhamos um bom desempenho, sejamos eficientes, porque é o dinheiro do povo, não é o meu dinheiro. É o dinheiro do povo, é a coisa pública. E falando de uma taxa, essa taxa onera a população, onera os comerciantes. Um, dois, três, quatro, cinco reais, não importa. Nós estamos trabalhando para que a cidade seja bem administrada, seja moderna, e tudo que se fala em moderno e eficiente tem que defender a desoneração tributária. Não importa quanto é, tem que diminuir. É politicamente uma facada no povo, porque se onera o comerciante, o produto aumenta e o povo acaba pagando mais caro. E eu vou ao supermercado e eu sei quanto custa. Não estou falando aqui porque alguém compra para mim, eu que compro, eu vou lá. Não tem cabimento, não tem cabimento. Eu sou contra. Já falei aqui que qualquer projeto que tem aqui que diminua tributos, contem comigo. Mas que aumente tributo ou taxa ou tarifa de alguma espécie, não contem comigo. É uma traição ao povo de Orlândia, eu não admito isso. Eu fui às ruas dizendo que nós teríamos uma cidade moderna que buscaríamos empresas para a cidade de Orlândia, que ajudaríamos o comércio. Isso aqui é ajudar o comércio? Isso aqui é ajudar o comerciante? Isso aqui é ajudar o empresário? Não é. Mas como advogado, e não é nada pessoal, não é nada pessoal, não é nada contra a pessoa física do prefeito, a pessoa física dos secretários, não. É a questão da administração. Mas como advogado eu vou dar uma dica. Há de se fazer uma inspeção, não é? Eu vou dar a fonte, porque o que se procura aqui é uma fonte de custeio, é uma fonte para financiar esse serviço. Eu vou dar aqui a solução. Vá lá na contabilidade, verifique lá que tem uma conta para eventos, talvez esteja na cultura, ou em alguma outra pasta, em alguma conta. Tem milhões lá. Tire das festas para custear o serviço de inspeção. E mande um projeto para cá, que eu vou votar a transferência. Tire das festas para custear esse trabalho, porque tirar do trabalho desse empresário não tem nada a ver com uma boa administração. Então, politicamente, administrativamente falando, esse projeto de lei é um tapa na cara do povo, e eu não posso admitir isso. Então, já estou aqui dando a minha posição, e como vou votar. E o vereador Rafael fez um baita favor para o

Executivo, pediu vistas, e dava tempo do Executivo retirar esse projeto e fazê-lo de uma maneira diferente. Eles não ouviram. Eles não entenderam. E tem que ouvir aqui, através desse debate. Essa é a minha posição. Respeito todos aqueles que pensam diferente de mim, mas eu não vou trair o meu povo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

JULIANE: Passa a palavra para Sebastião Atílio da Silva - Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Quer dizer, hoje tem muita polêmica, então vou pedir desculpa à população, aos senhores e senhoras, nossos ouvintes. Convido várias vezes para vir aqui e só tenho que dizer o seguinte. Eu vou ser favorável. Não vou ser contra os comerciantes. Só vou ser favorável porque eu só penso assim. Um "abrida" de mão que essa prefeitura der, que esse prefeito der, a prefeitura vai no buraco. Que hoje é muito fácil. Eu vou no mercado, eu fico tentando minhas economias. Fico tentando achar uma promoção, uma coisa. E, por isso, por que eu faço a economia? Para tentar custear menos. Agora, se a prefeitura tudo ficar deixando tudo sem recurso, eu acho que vai quebrar a prefeitura. Então, estou desde 97 aqui. Tenho boas opiniões, graças a Deus. Não sou dos ruins, vereador, porque senão eu não estava desde 97. Então, eu quero dizer o seguinte. Eu vou ser favorável e quem quiser ir com a gente, a gente está aí. Se não quiser, não posso fazer nada. Respeito a opinião dos meus amigos vereadores, como é o que o Sr. Leite fala. Hoje eu penso de um jeito e o Sr. de outro. Amanhã pode pensar igual. E hoje eu posso estar certo e o Sr. também está certo. Então, peço desculpa, mas eu sou favorável.

PRESIDENTE: Bom, não poderia deixar de manifestar e assim como o próprio companheiro Antônio Carlos Leite disse, eu não vejo isso como uma traição. Assim como as explicações dadas pelo Vitor e até mesmo em alguns detalhes pelo Rafael Palma, que conversou justamente com o comerciante, ele prefere pagar essa taxa para estar legalizado. Então, eu acho que é o meio de vida dele. Como é que eu vou jogar contra? Não tem cabimento. Respeito o ponto de vista dos meus colegas, mas eu já de antemão, já abro o meu voto de favorável ao projeto. Não havendo mais discussão, coloco em votação. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem.

PROJETO APROVADO POR SEIS VOTOS FAVORÁVEIS CONTRA CINCO CONTRÁRIOS

(Favorável: Juliane, Gilson, Ratinho, Max, Sebastião e Vitor. Contra: Rafael, Paulo, João, Clodoaldo e Antônio). **JULIANE:** **PROJETO DE LEI N. 5/2025** de autoria dos vereadores

Vitor Fávaro Tonetto e Clodoaldo Santana da Silva que "*Institui diretrizes para implementação do Cadastro Municipal Qualificado das Pessoas com Transtorno de Espectro Autista- TEA, no âmbito do município de Orlândia e das outras providências*".

JOÃO: Sr. Presidente, peça dispensa da leitura. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida, já que a matéria é de conhecimento de todos. Somente peço os pareceres jurídico e das comissões. **JULIANE:** Parecer jurídico: pela legalidade do projeto. Parecer da Comissão Justiça e Redação: pela aprovação. Parecer da Comissão Orçamento, Finanças e Contabilidade: pela aprovação. **PRESIDENTE:** Passo a palavra aos autores do projeto, Vitor Fábio Tonetto e depois para o Clodoaldo. **VITOR:** Boa noite, Sr. Presidente. Para

que a gente possa avançar de verdade nas políticas públicas, a gente precisa de uma coisa que é básica dentro da gestão, que é dados. Sem isso a gente não consegue fazer planejamento, e sem dados tudo vira achismo em vez de políticas efetivas para combater o que a gente precisa e melhorar o que a gente precisa. Então esse senso TEA vem justamente para isso, para que a gente possa ter uma base de dados, para a gente começar a criar políticas públicas para ser realmente efetiva dentro do nosso município e poder melhorar a vida dessas famílias atípicas que hoje tem aqui no nosso município. Então, o Clodô esteve em Brasília, escutamos bastante sobre esse assunto, temos outros projetos nessa mesma linha, só que o mais importante para que a gente possa começar a mudar de patamar nossas políticas públicas nesse aspecto é começando com o Censo, para a gente ter noção de realmente quantas pessoas hoje precisam do poder público para melhorar a vida delas. Então eu peço o apoio de todos os nossos colegas para que a gente possa votar e começar a dar um passo importante para que a inclusão possa realmente sair do papel e realmente virar algo que é importante e mude a vida das pessoas e não seja só discurso político. Obrigado, sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para o vereador sr. Clodoaldo Santana Silva. **CLODOALDO:** Boa noite, sr. Presidente, Mesa, nobres edis, imprensa escrita e falada, população que nos acompanha aqui nessa noite. Esse projeto vem direto ao encontro da população, como o Vitor disse, tendo em vista que o número de diagnósticos tem aumentado bruscamente. Hoje o diagnóstico não é só para criança, nós estamos vendo um grande índice de adolescentes e até mesmo em adultos. Então nada mais justo do que nós podermos mapear a cidade, mapear onde essas pessoas estão, para poder justamente trazer para elas uma qualidade de vida e foi como o vereador disse, não somente ficar falando no papel, é muito legal a gente ver caminhada, a gente ver corrida, mas nós como políticos, como parlamentares, precisamos fazer algo para ajudar verdadeiramente essa população, para verdadeiramente trazer voz para o autismo, para quem tem qualquer tipo de transtorno, neurodivergência. Então eu peço a cooperação dos nobres pares para que nós possamos dar um passo importante nesse assunto de suma importância. Muito obrigado. **JULIANE:** Sr. Presidente, nobres colegas, a todos que estão aqui presentes, a imprensa escrita e falada, eu gostaria de parabenizar tanto o Vitor quanto o Clodoaldo por esse projeto, porque realmente ele é essencial para a gente poder tratar, saber quais recursos são necessários, até mesmo o Centro TEA que está como projeto no quarteirão da Secretaria da Saúde, precisa saber quantas pessoas, tem uma estimativa, mas a gente não sabe nem se está perto ou se está longe. Então, meus parabéns, é essencial. Eu vou ser favorável para eles. Passo a palavra o Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** É uma situação que nos últimos tempos tem ganhado a nossa preocupação. E nós não sabemos exatamente como lidar. Nós vemos a Secretaria de Educação buscando informações, nós vemos a Assistência Social buscando informações, as famílias precisam ser ajudadas. É um ambiente novo. E qualquer passo que é dado no sentido de auxiliar famílias que

estão enfrentando essa situação, é louvável. Nós temos que apoiar, nós temos que incentivar, tem que haver investimento. Então, esse projeto vem em boa hora. Alguém poderia dizer, mas precisa fazer mais. Mas precisa começar a fazer, tem que ser feito. Independente da quantidade daquilo que é feito, é preciso ir nesse rumo, e esse é o rumo. Pode ser feito mais, mas precisa começar, precisa andar, e esse projeto vem de encontro a isso. Eu parablenizo e desafio que nós continuemos a tentar buscar mais caminhos que ajudem esse ambiente aqui que é tão difícil. Parabéns Vitor, parabéns Clodoaldo, e a todos aqueles que têm se dedicado a esse assunto. Muito obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE:** Não havendo mais discussão, coloco em votação. Quem for favorável permaneça sentado, e os contrários que se levantem. **PROJETO APROVADO POR UNANIMIDADE.** Gostaria de retificar aqui a votação do projeto 03. Até pela empolgação do ânimos aqui, ele teria que ter sido feito nominal. Então, eu peço a todos, que é o projeto que institui a tabela de inspeção sanitária. Eu peço para o Ratinho fazer a chamada, e nós vamos repetir a votação do mesmo, por favor. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Contra. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Contrário. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável. **LUIS:** João Vítor Alves Parda. **JOÃO:** Contrário. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Favorável. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Favorável. Max. **MAX:** Favorável. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira-Porkim. **PAULO:** Contrário. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Contrário. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável senhor. **LUIS:** Vitor Favaro Tonetto. **VITOR:** Favorável. **PRESIDENTE:** Somente para retificar o projeto aprovado, então, por seis votos favoráveis e cinco contrários. Terminada a ordem do dia, passaremos a palavra livre. **JULIANE:** Passo a palavra para o Max. **MAX:** Boa noite Presidente, nobres Pares, comunidade, que aqui está, bem como quem está nos assistindo. Vou tocar em três pontos aqui, que já foram, inclusive, falados pelos nobres colegas, mas vamos reforçar. Pessoal do Executivo, córrego do Palmito, bem como todos os córregos que, de alguma forma, cortam nossa cidade. O mato está alto, precisa ser feito algo. Ali, caso não seja feito algo, pode ter uma incidência muito grande da transmissão de diversas doenças, através do Aedes aegypti, mosquito transmissor, de diversas males, vamos falar assim, tem a dengue, tem a chikungunya, enfim. Então, é muito mais barato sanar esse problema, deixar a calha do rio limpa, do que ver o hospital transbordar de gente. E é uma doença, que é um elefante que passa em cima do cabra, entendeu? Na hora que você está achando que acabou, ele dá ré, pisa de novo e senta em cima de você, e te deixa sequelado. Sequelado. Então, peço a Secretaria de Infraestrutura, junto com a Secretaria de Epidêmica, vamos falar assim, para que ambos providencie a limpeza dessas áreas. A questão do projeto do Executivo, como eu falei, Gilson, todo projeto que não tiver, principalmente com relação às audiências públicas, que é uma situação básica, e não é dever do Legislativo, porque existe divergência entre o nosso jurídico e o jurídico do Executivo, isso é normal, entende? Mas quem tem que

sanar a dúvida da população, na minha humilde opinião, é o jurídico do Executivo. Essa casa aqui é uma casa de leis, é uma casa do povo. Marque a audiência pública com antecedência, divulgue nos meios de comunicação, se fizerem necessários, combine com o jurídico para estar aqui, tenha, acalanta a população, mate as dúvidas, para depois queremos votar. Não adianta vocês quererem fazer desse projeto na marra, não será na marra, será através do diálogo. E eu vou sugerir aqui, mais uma vez, é a terceira legislatura que eu estou sugerindo esse projeto, sugeri para o Vado, sugeri para o Sérgio, estou sugerindo para o Tor. Nós temos, mais ou menos, em Orlândia, o equivalente a 15 hectares de grama, seja em canteiros, seja em praças, seja em campos, de futebol, enfim, espalhado aí na cidade. Essa grama é uma grama batatais, cheia de tiririca, cheia de colonhão, cheia de braquiária, em diversas áreas de Orlândia, causadoras de acidente aí pela cidade, porque o cabra, a prefeitura não consegue cortar, e acontece um monte de acidente aí na cidade, fica sequelado um tempão, porque na hora que está passando para olhar, não consegue enxergar, e acontecem acidentes aos montes aqui em Orlândia. Por que eu peço isso, Presidente? Porque hoje, já há muito tempo, existe, como eu falei, passa a tira a grama, de repente doa essa grama para alguém que vai fazer uso bom disso numa área rural, que também tem campeonatos de futebol e tudo mais. Contrate uma empresa, faça um edital decente, veja as políticas públicas que deram certas, por exemplo, a grama esmeralda, ela é uma grama que dá menos cortar de grama, vamos falar que do jeito que está aí, é dez cortes, ou doze cortes, ou quatorze cortes no ano, para ficar bom. Aí você soma quanto dá esses quatorze cortes para a cidade inteira, esses 15 hectares e tudo mais. Quando você coloca uma grama esmeralda, baixa-se para cinco cortes, e quando ela cresce, ela cresce na horizontal, ela não cresce na vertical. A economia gerada entre cortes paga o resultado, paga o investimento. A cidade vai ficar bonita novamente, não vai ter acidentes. Ah, o Ministério Público não deixa passar pré-emergente. Faça um laudo junto a qualquer universidade agrônômica. Quando você passa um pré-emergente, ele vai estancar a sementeira que está debaixo do solo, do qual a gente não consegue enxergar. A gente só enxerga na hora que chove, e aí o mato começa a nascer e sobressair sobre a grama que foi plantada. Então devemos ter zelo com o dinheiro público, fazer uma vez só, colocá-la no edital que precisa ser passado esse pré-emergente antes de plantar a grama, e dou uma sugestão. Por exemplo, hoje, já há muito tempo existe isso. Empresas que têm esse know-how, vamos falar assim, de uma situação que se chama hidrosemeadura. Você vem com um tapete de grama já formado. **PRESIDENTE:** Max, por favor, pediria só que concluísse a palavra, porque o tempo esgotou, por favor. **MAX:** Então, enfim, existe essa questão da hidrosemeadura, e você vai lá e passa essa hidrosemeadura, é fácil, o plantio é fácil, já deu certo no Estado de São Paulo inteiro, em outras cidades. Vão atrás, é barato, não é caro, falta vontade. Sem mais, Presidente. Obrigado. **JULIANE:** Passa a palavra para João Vitor Alves – João Pardal. **JOÃO:** Boa noite,

Sr. Presidente, boa noite, nobres colegas vereadores, vereadora Juliane, empreendedor escrito e falada, município aqui presente, é um prazer recebê-los aqui na nossa casa. Sr. Presidente, hoje eu nem ia falar, mas eu acabei não conseguindo depois de todas as discussões que a gente teve, de pedido de vista, de tudo. Eu gostaria de falar que isso é culpa de um órgão aqui da cidade, do prefeito municipal. Ele está fazendo a gente bater cabeça aqui, nós vereadores. Ele está deixando nós com cara de tacho aqui, ele está pegando a bomba e tacando na nossa cara. Porque a audiência pública, de segunda passada, que resolveu o estatuto dos servidores municipais, não vier um representante do executivo aqui, servidores públicos, para atender vocês, é inaceitável. Aí ficou aqui, vocês olhando para a gente, a gente olhando para vocês, e a resposta estava onde? Quem tem que dar resposta é ele. E a semana inteira eu vi, ele ficou aonde? Na Agrishow, em Festa, em Ribeirão Preto. Pô, Prefeito, vamos acordar. Olha o que a Orlândia não tem, olha o que falta a Orlândia. Falta roçada, falta arrumar buraco, arrumar prédio público, fio solto, terreno com falta de fiscalização, Praça Mário Furtado, que é o coração da nossa querida Orlândia, completamente destruída. Orlândia não tem lugar para sair, não tem lugar para fazer nada. As nossas crianças, daqui para frente, vai virar o quê, prefeito? Eu não ia falar nada, vai virar o quê? O que as nossas crianças, nós, eu que sou jovem, o que eu pretendo para os meus filhos aqui na cidade de Orlândia? A gente fala, fala, fala, e continua com o quê? Com o ego lá em cima. Cadê a humildade? Cadê o diálogo? Pô, estamos aqui para ajudar vocês. Estou de saco cheio já de ficar falando, é sempre os mesmos problemas e você tem que ter humildade, não só com 70% de votos que você teve, tem que ter com todo mundo. Nós estamos aqui, nós vereadores, trabalhando, estamos nas ruas e você nada. Vamos sair do lugar. E para terminar, Sr. Presidente, eu gostaria, agora num tom mais suave, desejar feliz dia das mães a todas as mães, todas as mulheres que lutam aqui pelos seus filhos no nosso município de Orlândia. Em nome da minha mãe, um beijo para você, mãe, da minha irmã também, que eu sou padrinho. Um beijo para vocês, podem sempre contar comigo que o futuro da minha filhada, o futuro dos meus filhos, eu vou lutar muito para que esteja muito melhor aqui no nosso município de Orlândia. Um abraço, podem sempre contar comigo, população orlandina. **JULIANE:** Passo a palavra para Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Boa noite a todos mais uma vez. Pardal foi sucinto no que ele disse. Às vezes aqui entre nós, nos falta coerência. Nós passamos pelo projeto 01, aonde eu fiz o primeiro pedido de vista, porque solicitava audiência pública. Na outra sessão, o vereador Rafael fez o pedido de vista, houve audiência pública, o executivo não se manifestou a respeito do projeto de lei. Hoje, o vereador Ratinho fez mais uma solicitação de pedido de vista. Posteriormente, fez um pedido de vista em outro projeto, e aí é onde eu falo que faltou coerência, porque para o projeto que fala dos servidores, do estatuto do servidor público, foi concedido o pedido de vista. Para o projeto do SIM, foi rejeitado o projeto de vista. Então observe que nós precisamos ser muito coerentes

quando há alguns assuntos em discussão, porque parece que alguns assuntos são prioridades, outros não são prioridades. Eu entendo o pedido de vista, entendo o posicionamento de cada vereador, mas, há cinco minutos antes, nós votamos um assunto que está vindo se arrastando há semanas, e nós concedemos o pedido de vista. Então é a frase que eu sempre digo, pau que bate em Chico tem que bater em Francisco. Então, se existe um acordo entre os cavaleiros, entre os nobres pares, deveria ter assumido esse compromisso e ter aceitado o pedido de vista. Repito, entendo o posicionamento de cada um, mas, quanto ao estatuto do servidor, todo mundo se silenciou. Aí, quando se fala do SIM, entendo toda a polêmica, deu essa polêmica toda. Então fica aqui só para a gente poder ter um pouco de coerência quando nós formos fazer algo nesse sentido, porque nós estamos falando aqui, estou trazendo a público, que às vezes quem assiste em casa não entende muito bem o que aconteceu. Fala, espera aí, por que uma situação foi assim e outra situação igual tomaram outro rumo? Então fica para nós, para que nós pense um pouco antes de tomar uma decisão, não agir assim no impulso, no âmbito daquele assunto. Sr Presidente, eu vou pedir para o gerente pôr a foto de um terreno que o morador tem me procurado desde o início do ano, onde ela está com problema com mato alto, dos dois lados da casa dela. Essa foi a... olha a situação que está o terreno da casa, vizinho. Isso vem se arrastando do ano passado, são dois terrenos, um de cada lado, e o mato já está maior do que está ali hoje. Entrei em contato com a fiscalização, o fiscal me mostrou, coloca as AR para mim, o Gerinho. O terreno já foi notificado várias vezes, mas infelizmente não tem encontrado proprietário. Então a AR tem voltado para a prefeitura, e eu falei com uma pessoa de dentro da prefeitura, uma pessoa que pode resolver esse problema, e a pessoa falou para mim que iria resolver o problema. Eu tenho o áudio da pessoa gravado no meu celular, não vou expô-la por ética, por ética, mas ela afirmou que iria resolver o problema, porque numa situação dessa a prefeitura pode fazer a limpeza do terreno e posteriormente cobrar do proprietário. A lei permite esse tipo de serviço. E já se fazem 30 dias do áudio da pessoa, e até o presente momento, acabei de falar com a moradora, eles não deram nem sequer uma resposta. Eu até pedi, olha o nível, pedi para o Victor falar com um dos responsáveis para ver se ele respondia, porque infelizmente não tem respondido. Eu falo que depois que eu tomei uma posição de começar a apontar, mostrar a realidade, algumas respostas, algumas pessoas pararam de responder as minhas mensagens, pararam de responder algumas coisas. Então, olha o nível que nós chegamos na cidade de Orlândia, onde um vereador tem que pedir para outro vereador solicitar uma resposta que eu pedi. Não dá para entender. Então, se for para começar a fazer diferença entre vereadores, aí nós vamos começar a apertar um pouquinho mais a administração, porque está uma bagunça, uma bagunça. Não existe, não existe o Executivo não responder um vereador. Aí eles colocam lá uma forma de não ver quando eles olham a mensagem, mas eu sei que eles estão vendo as mensagens, e aí fica em

silêncio, não quer responder. Então vamos começar a trabalhar de outra forma, ou eu vou começar a apertar um pouquinho mais, e vou começar a expor nomes. Hoje eu não vou dar nome, mas se não resolver o problema, na próxima sessão eu vou trazer o nome e vou fazer questão de colocar o áudio para todo mundo ouvir quem que é. Então eu peço mais uma vez agora, em sessão, para que resolva o problema desse morador. Eu fui na casa da moradora, é rato, é escorpião, tudo quanto é tipo de bicho, entrando na casa. Detalhe, existe um pedido da vigilância sanitária solicitando a limpeza, da fiscalização solicitando a limpeza, e até o presente momento nada. Então fica aqui a indignação desse vereador quanto à forma de tratamento com alguns vereadores. Não existe, eu tenho que pedir para o Vitor buscar uma resposta que eles poderiam estar dando. Para finalizar, seu presidente, eu quero falar de um assunto que é o último, mas mais importante, Centro de Lazer Edgar Benine. Eu recebi uma reclamação, e eu fui até o prédio para poder ver com os meus olhos. Todos, é de conhecimento de todos, que existe uma infestação de pombos naquele lugar. E eu peço que quem está fazendo uso do centro de lazer, não bebam água das torneiras. Não bebam água das torneiras. Bebam do bebedouro, porque, segundo informações, a água que vem do bebedouro vem direto da rua, então essa, bebam dela, mas não façam uso da água que vem das torneiras. Eu fiz questão de levar uma escada, subir. Olha a situação da caixa d'água. A caixa d'água se encontra aberta, com água, vários pombos mortos lá dentro. Isso é situação de saúde pública. Isso é saúde pública. Há quanto tempo que aquele prédio está parado e eles não tiveram coragem nem de ir lá fazer a limpeza da caixa d'água e fechar essa caixa d'água? Ali nós estamos falando de água parada, foi falado sobre o Aedes, imagina a quantidade. Eu não consegui ver se tem larva nesse lugar, mas é um criador em potencial. É um criador em potencial, não tem como não falar. Olha a situação. Eu fiz questão de subir e filmar para trazer para todo mundo observar a forma que os prédios públicos estão sendo tratados. O Secretário de Infraestrutura participou de quando foi feita a reforma e não teve coragem de pedir para tampar, lavar a caixa d'água. Então eu peço aqui para quem está fazendo uso do salão, que está tendo jiu-jitsu, está sendo judô, parabéns, não usem as torneiras. Não usem. Usem o bebedouro, mas não usem a água que vem nas torneiras. Então fica aqui e peço que o Executivo tome uma providência a respeito desse assunto. Muito obrigado, sr Presidente. **MAX:** Ô Clodô, só para um segundo. Você acredita que eles inauguraram na gestão passada esse prédio desse jeito? Eu também subi lá. Eu subi na gestão do antigo gestor da cidade. Eles tiveram a capacidade de inaugurar o Centro Edgar Benigni nessas condições. Sem mais. **CLODOALDO:** Olha, é interessante. Já vou encerrar. Inauguraram dessa forma. Quando fez-se o projeto, o secretário era o Leonardo Alves, poderia ter resolvido o problema. Não sou contra o Leonardo Alves. Estou falando que é uma situação que já não é de hoje. Pela forma que essa caixa se encontra, não é de hoje. Poderia contratar uma empresa, qualquer outra coisa, pedir para fazer a limpeza e desativar a caixa d'água.

Pronto, se não está usando, desativa e acabou o problema. Mas deixou... O problema agora não é nem da gestão passada. O problema agora é dessa gestão que está aí repercutindo o problema. Vem se arrastando o problema. Então é um problema que, da mesma forma que chega para nós vereadores, eu tenho certeza que chega para eles. E aí fica todo mundo esperando para ver o que vai acontecer? Não. Ou arregaça as mangas e começa a colocar a mão no arado ou as coisas vão de mal a pior. Muito obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para o Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Sr. Presidente, mesa, nobres vereadores, povo que nos acompanha pela internet e aqueles que estão aqui na sessão pessoalmente. Água do centro de lazer. A Prefeitura precisa tomar atitude para já. É saúde pública. Quase que passa despercebido a indicação que eu fiz, porque foram feitos vários requerimentos, mas eu fiz uma indicação, a indicação 20/2026, e que foi lida no contexto e às vezes fica registrado, mas aqueles que nos acompanham e aqueles que estão aqui às vezes perdem a informação. Mas eu fiz uma indicação hoje para o Executivo sobre outra água, que é a água que nós e que o povo de Orlândia consome. O ano passado, eu, atendendo a reivindicação de vários moradores, fui em várias casas, porque depois de cada manutenção que a Sanor fazia, na hora que religava o sistema, a água na torneira vinha com terra e com sujeira. Isso suja a caixa d'água, suja o sistema, suja a máquina de lavar, o chuveiro, mas pior que isso, pessoas eventualmente não têm um filtro e acabam bebendo essa água com barro. Eu sou representante do povo. Peguei as amostras, encaminhei para o doutor delegado, encaminhei a amostra para o Ministério Público, encaminhei a amostra para a Prefeitura, para o Chefe de Executivo. O ano passado, porque há um contrato da Prefeitura com a Concessionária e a Prefeitura precisa fiscalizar, precisa fazer análise dessa água. Então, eu fiz uma indicação hoje para que a Prefeitura crie um mecanismo para mensalmente ir aos bairros, colher a amostra dessa água, mandar para o laboratório e disponibilizar na transparência da Prefeitura, no site da transparência, a qualidade da água dos bairros, porque nós precisamos saber a qualidade da água que estamos tomando. É uma água cara e que, a semana passada ainda, munícipes foram à internet dizendo que estava saindo com barro. Então, eu não admito que o meu povo tome água com barro. Mas, desde o ano passado, mandei para todas as autoridades e nada aconteceu, porque as pessoas ainda continuam tomando água com barro. O Executivo tem a obrigação de monitorar essa água, disponibilizar os resultados laboratoriais, e existe um comitê de fiscalização na Prefeitura para fiscalizar o trabalho da Sanor, da Concessionária dos Serviços de Água. E nós estamos vendo o povo ainda tomando água com barro. É inadmissível. Se fosse só lá no centro de lazer, o que também é inadmissível, mas a população inteira eventualmente bebe uma água com barro. Fiz a indicação hoje, passou despercebido às vezes, mas eu fiz a indicação, está seguindo ao Executivo e espero que o Executivo tome providências, porque é a saúde do nosso povo. De vez em quando a gente escuta, nossa, que surto de virose na cidade

de Orlândia. Nossa, mas o hospital estava lotado com pessoas com virose. Eu vou dizer para vocês uma das causas. Água na torneira. Não tem filtro. Uma pessoa muito chegada fez a limpeza outro dia da caixa d'água, Sr. Presidente. Mas o que saiu de barro dessa caixa d'água é de dar dó. Por isso, fiz a indicação hoje, é o meu trabalho, espero que o Executivo tome providências, porque nós e o nosso povo merece uma água de qualidade. Muito obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Sebastião Atílio da Silva - Nego da Maruca. **SERASTIÃO:** Boa noite novamente, Sra. Vereadora, Sr. Presidente, vereadores, imprensa escrita e falada, ouvintes. Eu talvez falo pouco, não por não ter conhecimento do trabalho, talvez eu falo pouco para que na Câmara não faça política. É uma coisa que a gente tem que tomar cuidado. Tem muito trabalho da gente, que a gente tenta fazer mais, mais, mais, todo mundo quer fazer mais, mais, fazer mais para a população, mas não é o tudo que pode fazer. A gente diz aqui, vereador, eu, em 1998, comecei a discutir com o prefeito que tinha que ter uma ambulância na Vila Bucci. Não deu certo, o Prefeito não mandou a ambulância, não ajudava, não fazia, e eu fui e comprei a ambulância. Eu fui esbarrado pelo Ministério Público, porque eu não vou trabalhar com a ambulância. Hoje eu tenho a ambulância de um barco no pé de pau, que não vou vender, por isso que eu comprei, foi para a população, vai ficar lá, não pode trabalhar, mas vai ficar. Então, talvez tenha coisas que a gente procura fazer, a gente vê, o senhor Leite fala, o tanto que ele anda na cidade, a gente vê, encontra com o Leite todo momento, toda hora, mas ele passou para o delegado, passou para o promotor, passou para o prefeito e nada foi feito. Então, a situação é complicada. E sobre essa terceirização da Sanor, eu sempre fui contra de todas as terceirizações, porque eu não achava certo, porque ia mexer com o meu povo. Aí era um pensamento meu, não era, talvez, o que tinha que ser feito, mas era um pensamento meu, que não tenho vergonha, sempre disse, de criança, já nasci muito pobre, com seis anos fui limpar pé de café, depois tive que sair para a rua, meu pai abandonava a família, tive que sair para a rua, pedir esmola para tratar dos meus irmãos, ajudar meus irmãos com seis anos de idade. Então, eu só tenho que dizer para vocês, vamos tentar fazer o possível, vamos lutar por isso, está certo que tem que fazer mais reunião, o prefeito, não sei se está convidando todos, Clodoaldo falou, talvez, convida um, dois vereadores, mas eu acho que não. Então, hoje, não tenho certeza, tenho que perguntar para o Sr. Presidente, mas eu estive na reunião, era seis e pouco, eu já estava na reunião, não sei se foram todos convidados, e só tinha quatro vereadores. Então, os outros que não estavam, não souberam o assunto. Então, Sr. Presidente, se aconteceu deles, desses outros amigos vereadores não estarem no momento, porque não foram convidados, eu também não mexo com o celular, então não sei se foram convidados, mas eu cheguei mais cedo, e por isso eu participei das reuniões que teve lá, sobre tudo o assunto que teve eu participei. Então, o que hoje deixo aqui dito a todos, até ao Sr. Presidente, que eu tenho certeza que já faz isso, quando acontecer de ter reunião antes, seis horas, cinco horas, quatro horas,

que passe no grupo, que eu acho que passa, né, Sr. Então, se passa, se convida, que todo vereador participe, porque aí tem como falar aqui, tem como cobrar. Eu estava hoje na reunião, então participei, por isso que eu falei que eu era favorável, porque eu entendi todos os assuntos que me passaram. O mais quero agradecer a todos, agradecer o povo, a população orlandina, agradecer a Sirlei, que trabalhou comigo 18 anos e vem até hoje acompanhando, ajudando a gente na vida política. Agradecer ao Bruninho, que é um grande companheiro, e minha esposa, meus filhos, e a Orlândia, se Deus quiser. Muito obrigado, boa noite. E não posso esquecer também de falar da calçada, novamente da calçada Milagrosa. Rua 26, com a Rua 24, com a Avenida 21, Centro Lazer da Vila Bucci. Essa calçada tem que sair. Eu vou pedir até sair, e vai sair essa calçada. Se a Prefeitura quebrar mesmo, se não tiver condições, eu proponho fazer por conta. O concreto eu consigo, a mão de obra eu tenho, que eu sou pedreiro. Eu quero, se Deus quiser, até no fim do mandato, aquela calçada ser feita. Então, vou dizer para o senhor prefeito, que estamos aqui para ajudar, porque não está ajudando o prefeito, está ajudando a cidade. Mas, aperte um pouquinho com essa calçada aí. A hora que eu souber que a Prefeitura não tem dinheiro para concretar, para cimentar a calçada Vila Bucci, eu vou pedir para alguns empresários o concreto, vou ganhar e vou fazer essa calçada. Primeiramente, vou pedir autorização para o senhor promotor, porque é uma coisa que eu não posso fazer como vereador. Mas, como orlandino, eu posso fazer sim. Por mais, muito obrigado, senhor Prefeito. **JULIANE:** Passo a palavra para o Paulo Rodrigues Alves Pereira – Porkim. **PAULO:** Boa noite, senhor Presidente, vereadora, vereadores, população aqui presente. Eu inicio falando sobre o Ecoponto novamente. Eu vou pedir para o Gérim colocar um vídeo ali. A população que mora de frente vem reclamando do acúmulo de descartes que está ficando na calçada do Ecoponto, porque aos sábados e aos domingos o Ecoponto não funciona. E as pessoas estão indo lá descartar na calçada. É óbvio que a pessoa tem o sábado e o domingo para sentar na calçada, para tomar uma cerveja, tomar um refrigerante, receber um amigo, um familiar, e se depara com essa situação de frente às suas casas. Então, eu peço que façam algum estudo para, sei lá, colocar o Ecoponto para funcionar aos sábados, fechar uma hora, ou começar pelos tambores, retirar esses tambores da calçada, apagar esses escritos aí, e orientar as pessoas a não descartar fora do horário. Então, tem duas opções, porque os moradores ali de frente estão reclamando bastante. Obrigado, Gérim E sobre a fiscalização da feitura, temos o comitê. Já passou da hora de tomar uma atitude, fazer uma reunião com a Sanor, com a empresa que presta o serviço de tapa-buraco, porque não dá mais. Por onde você anda, você vê buraco que a Sanor faz a prestação de serviço ali, afundando, trincado, fazem uma, duas, três vezes. Na administração passada mesmo, o Bordin recapeou essa cidade inteira. Você vê que agora eles estão cortando a cidade inteira para fazer a troca dos canos novos aí, não sei o que eles estão fazendo aí, as tubulações, e você vê que joga o asfalto e você vê a qualidade péssima desse asfalto. Não venho falar dos

funcionários, porque os funcionários não têm culpa, mas você vê a qualidade do asfalto. É horrível. Então passou da hora da prefeitura fiscalizar. É a mesma coisa se você tiver com uma construção dentro da sua casa e não fiscalizar o pedreiro. Ele vai só fazer cagada dentro da sua casa. Então eu peço uma atenção da prefeitura sobre essa situação, porque por onde você anda, você vê esses buracos mal tampados aí da parte da Sanor. E também sobre fiscalização. CPFL fez a troca de alguns postes lá na Avenida Q, fez a troca de alguns postes na Avenida T e deixam fios jogados no canteiro, terra jogada para todo lado. É onde que não tem a fiscalização. Qualquer um que chega dentro de Orlândia faz o que quer e vai embora. Então eu peço também uma fiscalização sobre a CPFL. E sobre o pedido de vista, eu também tenho uma opinião aqui. Os projetos de hoje mesmo já foram pedidos vista na sessão passada. E a gente peça vista uma vez só, porque o prefeito já teve tempo suficiente para mudar alguma coisa. Hoje mesmo tem funcionários públicos aqui que vieram aqui sobre o estatuto, que é um projeto que eu sou contra desde o início. Então eu peço que, sei lá, que a gente tenha esse bom senso de pedir uma vez só a vista, porque se não, imagina se todos os vereadores pedirem vista. Vai só empurrando para frente os projetos e as pessoas ficam aguardando se vai passar, se não vai passar. Por hoje é só, Sr. Presidente. Muito obrigado. **JULIANE:** Passo a palavra para Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Boa noite, Sr. Presidente, nobres amigos vereadores, imprensa, escrito e falada a todos os internautas e os munícipes aqui presentes. Eu quero começar já antecipando o Dia das Mães para todas as mães, as que nos assistem, as que estão aqui. Parabéns pelo trabalho incansável de lutar pelo filho, de lutar por uma Orlândia melhor, de ter uma educação melhor, esporte no município. Hoje nós somos representantes de vocês, mães, também, porque nós queremos que os filhos também tenham as melhores coisas aqui na nossa cidade, em Orlândia. Parabéns. Feliz Dia das Mães no próximo dia 10 de maio. Eu gostaria de falar algo, o Porkim até citou no fio aqui, é um negócio que a gente vem batendo diariamente nas sessões, sobre o recolhimento desses fios. Eu acho que não chegou ainda em multa, a multa não resolve, eu acho que falta um pouquinho de diálogo e argumentação da Prefeitura para que convide a CPFL para que possam iniciar um recolhimento, começando por setorização, porque eu já estou sabendo que já teve multa em CPFL, já teve multa em empresas, mas de nada adiantou. Então nós não queremos que também fique aplicando multa, multa, multa e não resolve. Porkim diariamente coloca fio pendurado nas redes sociais dele, que a gente precisa cortar. Então a gente não pode deixar chegar no limite de uma pessoa passando de moto, esse fio, Deus me livre, guarde, enrolar no pescoço, enrolar no pneu de uma moto e causar um acidente por conta de algo que nós estamos cobrando. Então se não está funcionando na dor, que é na multa, e que eu acho que deveria funcionar e a gente poderia subir valores, que funcione pelo menos num diálogo, "o CPFL vamos aqui unir e vamos fazer. O almoxarifado aqui disponibiliza um, dois caminhões, vocês vêm com a equipe aqui,

vamos fazer a retirada, vamos começar pelos bairros.” Sr. Presidente, eu fiz uma solicitação também ao Ministério Público sobre a ponte da Rua 6, sentido antiga Carol, que é a ponte da Fepasa. Hoje, responsabilidade pela VLI, Valor de Logística Integrada, é o nome da empresa, que faz todo o cuidado da ferrovia, da linha ali. E a gente tem um problema, o Max está aqui de outras gestões, o Vitor também, vocês já devem ter ouvido falar disso, sobre um buraco que tem ali na calçada, onde paliativamente fizeram um serviço e esse buraco está aumentando. E eu fiz um pedido ao Ministério Público, porque quando falo com o Executivo, o Executivo fala que é da VLI, e eu mandei mensagem para a VLI, a VLI falou, eu fiz vistoria nesse ponto e a gente não encontra perigo nenhum para os pedestres e nem para a linha. 2021, procurei todos os documentos, porque eles pediram a resposta se a gente já esgotou as tratativas com o Executivo. O Ministério Público solicitou para que mandassem as respostas para ver se nós já tínhamos esgotado as tratativas com a Prefeitura. 2021, tem uma indicação do Nego da Maruca, então, vereador, falando sobre esse local, uma indicação que está em ata, está registrado aqui e registrado documentalmente pedindo para que a prefeitura ajustasse. Em 2023 teve um ofício do Beia, aqui nessa câmara também, solicitando que a prefeitura pudesse dar uma resposta naquele buraco. Em 2023 teve um vídeo e foto do Murilo Spadini, que era vereador, hoje é vice-prefeito, falando desse local que a responsabilidade da prefeitura tinha que dar andamento para ajustar a lei. E hoje eu venho com um pedido para o Ministério Público, porque eu acho que todas as conversas com o executivo foram esgotadas e eu coloquei isso na resposta do Ministério Público, que o então secretário de Infraestrutura é o mesmo de todas essas gestões passadas. Então ele tem ciência, só que um fica jogando para o outro. Então eu coloquei para o Ministério Público justamente para ele falar assim, a responsabilidade é da VLI ou a responsabilidade é da prefeitura, e um ou outro vai ter que fazer, porque aquilo ali é próximo de comércio, senhor presidente, é próximo de uma indústria ali chamada Intel, que vários funcionários transitam, é próximo de uma praça chamada Praça Luiz Mariotto, é uma rua que tem acesso a um bairro que se a gente não tiver aquele acesso a gente só vai ter o da 3, da ponte da Rua 3 do Viaduto. Então eu não tô aqui no Ministério Público, o pessoal tem tanto medo. Eu estou aqui para cobrar uma solução e uma resposta, porque isso está desde 2021 e a cada vez mais aumentando. Eu fui lá, eu fiz um vídeo e eu verifiquei que simplesmente o problema não é na calçada, ele precisa ter um muro de arrimo, uma espécie de muro de arrimo embaixo, porque ele não consegue sustentar a terra que está ali na calçada. Então, de quem que é a responsabilidade? Pelo meu entendimento, seria sim da VLI, a parte de baixo e a parte de cima da prefeitura. Então que entre em um consenso, que arrume isso para as pessoas transitarem ali. Você quer falar alguma coisa? Pode ser. **PAULO:** Acha dono pra tudo, né? Não pode roçar um terreno porque tem dono, não pode tampar o buraco aí porque tem dono. Tem que pegar e fazer. Faz parte do município, não faz parte de outro

município. É a população que passa ali, vai esperar uma criança cair no buraco desse para depois ir lá e fazer o serviço? É da VLI? Vai lá, faz o serviço, manda lá o boleto lá na VLI. Fizemos um serviço lá, é responsabilidade de vocês. Daqui ficou tanto, pronto, faz pagar. Precisamos roçar um terreno que é particular, não acho dono. Roça, manda conta pro cara, porque senão a cidade vai ficar do jeito que está até quando, né? **RAFAEL:** Concorde, concordo com você. Só para finalizar, eu acredito que a Prefeitura deveria, num momento crucial onde a gente fala de recursos escassos, de fazer pelo menos funcionar o que nem é de responsabilidade dela. Por exemplo, tem muita gente que paga CIP e tem poste de madeira em frente à casa e não tem nenhum braço de luz. Por quem está ciente disso? Na vilinha tem em frente de residências poste, mas não tem a iluminação e a pessoa está pagando CIP, vem para ela. Isso a Prefeitura vai ter gasto ou ela pode exigir que a iluminar já faça isso com antecedência e rapidez? Os fios é responsabilidade da Prefeitura retirar ou ela pode chegar na CPFL e fazer que isso funcione? Então as coisas que não são de responsabilidade da Prefeitura, a Prefeitura precisa sair, correr atrás para que isso seja feito no município. Tem muitas coisas que não são de responsabilidade da Prefeitura que não estão sendo feitas, se nem isso está sendo feito, imagina as coisas que vão ser da Prefeitura. Então nós precisamos sim cobrar para que as coisas, indiretamente, dependendo do dinheiro da Prefeitura, sejam feitas no município. Por hoje é só, Sr. Presidente, boa noite e obrigado. **JULIANE:** Passo a palavra para Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Boa noite a todos novamente, hoje foi falado algo aqui que é importante, o Clodô até mencionou, a questão do terreno, mostrou a foto, e eu também fiz o pedido, já vai fazer duas semanas, fui respondido, mas não foi resolvido. Então a gente também cobra, e eu acredito que nessa situação o Poder Público tem todo o direito de fazer justamente o que o Porkim falou, ir lá, roçar, e aí coloca para o proprietário o horário da máquina, coloca para o proprietário o horário de serviço do funcionário, coloca para o proprietário dizer o que foi gasto, e eu acho que isso deveria virar até normal para o nosso município, porque tem proprietário de terreno que prefere pagar a multa, ir pagando multa, multa, multa, multa, e não roça o terreno dele. Então talvez se a hora que você colocar a hora da máquina lá, meter uma multa de 2, 3 mil reais nessa pessoa, e talvez até ter um jeito de vincular isso ao IPTU, sei que é da parte jurídica, não sei se existe essa possibilidade, doutor, mas se pudesse era melhor ainda, porque aí não tem nem como o dono do terreno fugir, o próximo ano que teve de multa, o que teve de... então é isso que tem que fazer, porque a partir do momento que você faz isso, você vai lá e vincula isso aí ao IPTU, acabou. Pode falar. **ANTÔNIO:** Só uma parte? **VITOR:** Pode falar. **ANTÔNIO:** Existe a função social do terreno que se não for atendida, ela pode sim onerar o IPTU. Se o terreno não cumprir a sua finalidade social, isso aí está muito além, além de não cumprir, está prejudicando completamente. **VITOR:** Exatamente. **ANTÔNIO:** Obrigado, senhor. **VITOR:** Obrigado. Então... pode falar. **MAX:** Ô Vitim só comentar um pequeno detalhe aqui com você. Você

imagina que se isso não está sendo feito na parte alheia à Prefeitura, mas existem inúmeros espaços públicos invadidos, indevidamente, dentro da cidade de Orlândia, aos montes, ali naquele bairro novo que era do Siena ali, aos montes, cadê a providência do Executivo de restituir aquela área e fazer o uso devido, praças com iluminação, mato cortado, se não for mato corretado, plante árvore, puteiro, perdão da palavra. É isso. **VITOR:** É, eu concordo. Primeiro que na lei já fala que não existe uso campeão de terreno público. Exato. Então, a prefeitura pode restituir esses locais a qualquer momento. Mas nós também temos que lembrar que tem as pessoas que cuidam de uma forma errada e eu acredito que, principalmente, se as áreas verdes que é destinada à prefeitura, talvez tenha que existir algum projeto que seja de benefício para a população. Talvez uma horta comunitária, eu acho que até o Nego e o Rafael propôs isso aqui pra que fosse feito. **SEBASTIÃO:** Dá um aparte aí senhor? **VITOR:** Claro. **SEBASTIÃO:** Desde 98, o senhor pode puxar que eu criei o projeto da horta comunitária, que era pra pegar esses meninos da rua, esse pessoal que anda aí, como o andarilho, por exemplo, eu ia acompanhar, era um projeto que eu queria acompanhar a população fazendo isso aí. E até hoje, desde quando foi aprovado o projeto que eu criei, nada disso aconteceu. Então, é um projeto muito bem elaborado que pode ser feito para a melhoria da cidade. Tem muito terreno vazio, muito terreno parado e é só mato. Então, não tem como, até ajudaria a prefeitura esse projeto. O mais, muito obrigado, senhor. **RAFAEL:** Dá um aparte, Vitor? Você mencionou a respeito dessa horta, eu conversei com o Nego para a gente realmente reforçar esse pedido, mas eu coloquei como horta educativa, onde a gente possa também pegar os alunos da rede municipal para que possam mostrar e eles fazerem o cultivo disso, fazer um trabalho realmente em terrenos que às vezes são próximos às escolas que estão sendo invadidos e que possa trazer esse benefício em uma verdura, em um alimento, de repente, orgânico, para voltar até na alimentação desses meninos e das pessoas que estão em estado de vulnerabilidade no bairro. Então, eu acho que é um projeto super importante e o custo mínimo, até porque eu coloquei justamente, antigamente, quando o Nego apresentou, a água era do município. Então, vai precisar ter uma ligação de água ali. Então, o controle educativo faz também o uso correto da água. Obrigado. **VITOR:** É, eu acredito que esse seja o caminho. Inclusive, entrando nessa questão da horta, alguns anos atrás eu visitei e vi o Nego, um projeto que chama ARC, lá na cidade de São Paulo. O cara pegou uma fazenda, só que ele faz a horta, que ele revende para o município, só que ele acolhe as pessoas em situação de rua. Ele vai lá, trata as pessoas, dá serviço para elas, ensina a como produzir, plantar, colher, e aí ela começa a ingressar dentro do mercado de trabalho também. Então, achei interessante. Inclusive, tudo que eles fazem lá é com reutilização. Então, o galho que cai lá ou que pega os entulhos é reutilizável, o resto de comida é reutilizável. Inclusive, a energia elétrica do local é tudo baseado em reutilização da comida que eles mesmos comem. Eu acho que é biodigestor que chamam, que eles falam, e reproduz em forma

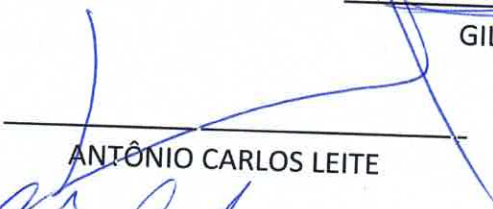
de energia ou gás de cozinha. Enfim, eu achei um projeto bem legal. Mas, para voltar ao assunto, é justamente isso. Eu sei que hoje o almoxarifado depende de pessoas para fazer esse tipo de serviço. Só que, se a gente vê que tem um monte de terreno para ser feito, talvez começar a se organizar. Uma semana faz a passada de trator nas estradas municipais, que necessitam. Outro dia sai para começar a fazer o corte de terreno que é notificado e não faz o corte. Enfim, mas a gente vê que tem muito proprietário que não está nem aí com a paçoca, vamos dizer assim. Prefere pagar a multa do que ir lá e gastar um pouco para fazer a manutenção do próprio terreno. Sobre esses projetos aqui que a gente votou, eu acredito que o ideal seja acontecer o que aconteceu hoje. Que o Poder Executivo venha aqui, o secretário, o pessoal que faz parte da pasta, explique o projeto na nossa casa para os vereadores, os vereadores possam entender o que está acontecendo e a gente votar a favor ou contra essa situação. Porque muitas vezes aconteceu, como alguns vereadores aqui disser, de colocar o projeto e chegar aqui para a nossa Câmara sem ter esse diálogo direto do Executivo com o Poder Legislativo. Então eu acredito que, se for feito isso, antes de colocar esse projeto, a gente pode discutir, pode trazer as ideias que agora nós vamos fazer para trazer a mudança, para que seja colocado já de uma forma que não precise ser modificado. Porque é ruim também. A gente chegar, vota um projeto hoje e daqui duas semanas a gente precisa modificar. Mas foi a forma que nós tivemos aqui nesse momento. Eu acredito na questão de votar, justamente porque até se a gente votasse contra nesse momento, a gente poderia pôr esse projeto só daqui a um ano novamente para ser votado. E, se o Prefeito tivesse a responsabilidade que outros passados não tiveram, ele teria que cobrar a taxa que é maior hoje do que a que está colocada nesse projeto. Então, um dos motivos que fez eu mudar a minha opinião foi justamente esse diálogo e mostrar que a taxa que era cobrada está diminuindo em comparação à taxa que estava antigamente. Então foi por isso, porque realmente a gente fez aquilo que até você disse na sua própria palavra, a gente começou a pegar o valor que existia e diminuiu aquela taxa. A questão da extinção dessas taxas é um problema para o município. Porque quando você, que aí é onde eu até conversei com o Rafael, que me preocupava a situação. Porque no momento que você vai fazer retirar essa taxa do município, você está como se fosse uma renúncia de receita. E dentro da lei de responsabilidade fiscal diz que você pode fazer isso, sem problema nenhum. Só que você tem que mostrar de onde você vai tirar o custeio daquela receita. E aí a gente ia ter que falar que isso nunca foi cobrado. E aí chega nesse momento, era onde eu acredito que chega o Ministério Público e eu falava, uai, mas nunca foi cobrada essa taxa, sendo que existia lei? E aí eu pensei muito mais no proprietário das empresas, que poderia ter o prejuízo dos últimos cinco anos, do que no gestor que ficou aí e resolveu não fazer. Porque aí se eles não fizeram, eles já sabiam que era irresponsabilidade e era problema deles. Mas eu pensei justamente, foi no produtor, e por isso o meu voto favorável. E agora, passando o projeto, eu me

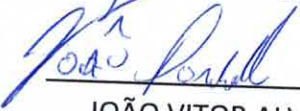
comprometo, acredito que os outros vereadores também, a poder fazer esse projeto de emenda, para a gente modificar o que a gente acredita que precisa para melhorar. Obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Luis Donizeti da Crus – Ratinho. **LUIS:** Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite, nobres colegas. Municípes presentes, sejam sempre bem-vindos. Imprensa, internautas que assistem a nossa sessão via internet, meu respeito. Ouvintes da ORC, Secretário de Desenvolvimento Henrique Trevisani, o Sr. veio em um dia que está extenso aqui hoje, precisa vir mais vezes. Muito obrigado pela presença. Vereador Edi, nosso suplente que esteve aqui. Sra. Fernanda, representante da AMO, sejam sempre bem-vindas. Colegas servidores, muitos já foram embora, mas sejam sempre bem-vindos. É como vocês não sabem a importância de receber um colega de trabalho aqui na nossa Casa. Sejam sempre bem-vindos. Vou começar com uma notícia boa. Falando do nosso Deputado Federal, Baleia Rossi, e Deputado Estadual Léo Oliveira. Eu tenho o hábito de dizer que só falo em emenda quando ela é depositada. Hoje, dia 4/05, foram depositados 200 mil reais para o Projeto Vitória e 100 mil para o FAC. Esse ano, já foram depositados 100 mil para APAE, 100 mil para o Lar Federico Ozanan, 100 mil para o Instituto Oswaldo Ribeiro e 481 mil de recape. Então, totalizando esse ano, a dupla Deputado Baleia e Léo já chega a quase 1 milhão e 100 mil reais. Deputados, deixo aqui a minha gratidão e o carinho que essa dupla de deputado tem por nossa cidade. Parabenizar, depois de tantas críticas que eu concordo com meus colegas, a nossa mini comemoração do Dia do Trabalho. Dia do Trabalho que já foi comemorado em outras épocas, em grandes capitais, e na nossa cidade nós tivemos uma festa simples. Como diz o doutor Leite, nós não podemos fazer festas caras. E quem esteve no dia primeiro aqui, parece que nós estamos aprendendo. Nós temos um diretor de eventos que tem experiência e nós, com as festas baratas, nós estamos conseguindo trazer diversão aos nossos irmãos orlandinos. Parabéns à equipe da Secretaria da Cultura também, que tem se empenhado bastante. É uma festa simples, não precisa ter coisa cara, milionária. Domingo, Sr. Presidente, Dia das Mães está chegando. Domingo agora comemoramos um dia importante, Dia das Nossas Mães. Falar de mãe é sempre de amor, amor incondicional, é falar de força, de coragem. A gente que critica muitas vezes o amor de mãe. Mãe renúncia, cuidado, reconhecer aquelas que muitas vezes em silêncio sustentam suas famílias com dignidade, enfrentam desafios diários e nunca deixam faltar afeto, orientação e esperança. As mães são o alicerce da sociedade. Nesse dia tão especial, mãe, quero aqui homenagear todas as mães do nosso município, aquelas que estão presentes também e aquelas que já partiram. O Dia das Mães é a segunda data mais importante do cemitério, que é finados depois do Dia das Mães. Que possamos não apenas hoje, mas todos os dias reconhecer o valor dessas mulheres extraordinárias que dedicam suas vidas ao bem-estar de seus filhos e de toda a sociedade. Que possamos retribuir com carinho, respeito, tudo aquilo que recebemos delas ao longo da vida. Todas as mães, minha profunda admiração, meu

respeito. Feliz Dia das Mães a todas as mães. Sr. Presidente, o senhor me permite, nós fizemos aqui o ano passado e agora, com a sua permissão, posso entregar uma rosa, uma singela homenagem às mães que aqui presentes estão. **PRESIDENTE:** Fique à vontade, Ratinho. **LUIS:** Nossa colega de bancada, a doutora Juliane, que também é mãe, representando todas as mães de Orlândia. Muito obrigado. Nossa querida secretária, ela que tem nome de Rosa. A Rosa tem nome de flor e sobrenome de Câmara, né? Muito obrigado. Obrigada, viu, Rosa? Nossa outra secretária, a Elara. A Elara que não é mãe, porque o Bruno ainda não quer casar, mas nós estamos apertando o Bruno, viu, Elara? No Dia das Mães próximo, uma para você e uma para a mãe. Nanci, você que é filha de professora, né? Eu sei que não é fácil ser filha de professora, eu sou pai de professora, né? Um abraço na tua mãe, Nanci, que é minha conterrânea. Agora nós vamos deixar uma rosa também para a nossa colega de trabalho, né? A Eliana. Eliana, que é funcionária, colega nossa aqui da Câmara, e também é voluntária de exéquias da Paróquia Cristo Rei. Por favor, passa para a nossa colega. Por favor. Agora aproveito para entregar uma rosa para a Silvana, ela que é servidora pública municipal e que representa 70% do quadro de funcionárias femininas da nossa rede municipal. Então agora vamos passar para a Silvana e para a minha mãe, por favor. Roses também. Enquanto isso, então, eu vou entregar uma rosa, já que nós temos rosa sobrando, nós vamos entregar para uma guerreira que leva o nome e sobrenome do nobre colega vereador. Nego, por favor, receba uma rosa para a tua mãe, dona Maruca, que foi uma guerreira. Já estourou o meu tempo, Presidente. Mais 30 segundos. Uma para a deixa da senhora por último. E cadê a Rose? Rose. Uma para você. Deus te abençoe. Uma para a nossa representante de todas as funcionárias públicas. Agora a senhora que me aguentou tanto tempo, né, mãe? Muito obrigado pelo seu dia, tá bom? Obrigado, tá? Vamos melhorar a coluna agora, né? **SEBASTIÃO:** Tira uma foto, Ratinho. **PRESIDENTE:** Eu só peço, então, uma salva de palmas para todas as mães, por favor. **LUIS:** Minha mãe, que nasceu no dia de Natal, né, que leva o nome de Natália. Muito obrigado, senhor Presidente. Desculpa estourar o limite aí. Mais uma para ela, tá aqui, ué. Tá aqui da mãezinha, né? Leva uma para a Mãe Aparecida. Por hoje é só, senhor presidente. Muito obrigado. **PRESIDENTE:** Boa noite, senhor presidente. Boa noite a todos. Como o Ratinho já adiantou, né, eu começo a minha palavra livre aqui. Desejando aí um feliz dia das mães a todas as mães. Aqui nós temos na câmara a doutora Juliane, a Rosa, a Eliana, que são mães. Hoje, a mãe com mais idade, dona Natália, a mãe do nosso companheiro Ratinho. A minha esposa Rose, né, que tem me aguentado, porque não é fácil ser companheira de político. Haja vista que todos, né, sabem o que eu estou dizendo. Queria hoje também deixar registrado em ata, nós tivemos nesse final de semana, o passamento do Valdecir Otávio, né, esposo da pastora, pastor Valdecir Otávio, esposo da pastora Zela, lá da Catedral do Avivamento. Então, em nome da Câmara, será encaminhado um ofício de pesar a ela, em nome de todos. E também gostaria de deixar aqui, nós tivemos também o

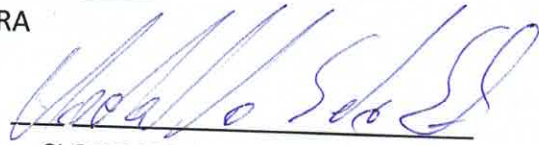
passamento do esposo de uma servidora pública, é o Antônio Leme, mais conhecido como Garrucha. A esposa dele, Rosa, trabalhou comigo no projeto Adolescente no Esporte, e ela trabalhou também em outros projetos. Então, em nome da câmara, pedirei que seja enviado um ofício de pesar a essas famílias. Enquanto educador, eu gostaria de deixar bem claro, mesmo no ânimo das nossas discussões, que nós vigiássemos o nosso palavreado. A língua portuguesa, ela é rica, e uma palavra tem vários significados, dependendo da frase. Não vou repetir, porque só hoje foi falado duas palavras que eu não aconselharia. Vindo de nós, legisladores, parece que não, mas nós somos exemplos. Então, ao contrário de um termo que foi usado, "eu estou sem paciência com isso". Soaria melhor. Ou, "foi feito algo muito errado", também soaria melhor do que as palavras que foram usadas. Depois, se quiserem pegar a ata, vocês verão as palavras que foram ditas no fervor da discussão de um projeto. E também as palavras usadas. Até para não ficar essa coisa de, ah, mas qual foi a palavra, abro aspas, "estou sem paciência", ficaria melhor do que, estou de abro aspas, "saco cheio", fecho aspas. "Fiz algo muito errado", ficaria bem melhor do que, abro aspas, "cagada", fecho aspas. Acho que nós temos que nos vigiar. Então, é só uma observação. Nós somos observados e as pessoas cobram isso da gente. Então, acho que nós temos que nos vigiar na forma que nós falamos alguma palavra em determinadas discussões. Não é uma, por favor, não estou puxando a orelha de ninguém. Eu acredito que é ruim, pega mal. Somos legisladores, somos representantes da população, como muitos falam aqui em certos discursos. Então, eu tenho que vigiar a forma que eu menciono alguma palavra. Ninguém mais fazendo uso da palavra e nada mais havendo a se tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrado a presente Sessão Ordinária.

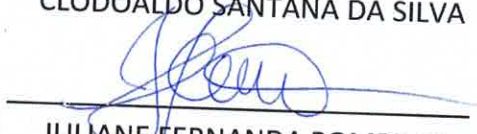

GILSON MOREIRA

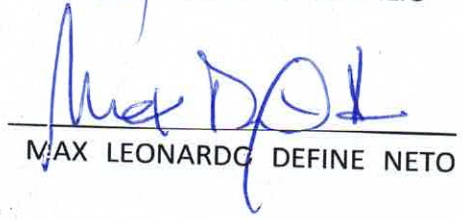

ANTÔNIO CARLOS LEITE


JOÃO VITOR ALVES
(JOÃO PARDAL)


LUIS DONIZETI DA CRUZ
(RATINHO)


CLODOALDO SANTANA DA SILVA


JULIANE FERNANDA POMPILIO


MAX LEONARDO DEFINE NETO

Paulo Rodrigues
PAULO RODRIGUES ALVES PEREIRA
(PORKIM)

Sebastião Atilio da Silva
SEBASTIÃO ATILIO DA SILVA
(NEGO DA MARUCA)

Rafael Palma
RAFAEL PALMA DE ARAUJO

Vitor Fávoro Tonetto
VITOR FÁVARO TONETTO

